

A PRÁTICA DAS EXPERIÊNCIAS PARTICIPATIVAS NO ENSINO DO DESIGN DE INTERIORES: UM ESTUDO DE CASO EM PERNAMBUCO

THE PRACTICE OF PARTICIPATIVES EXPERIENCES IN THE TEACHING OF INTERIOR DESIGN: A CASE STUDY IN STATE OF PERNAMBUCO

Ademario Tavares¹, M.Sc.

Selma Barboza², Esp.

(1) Universidade Federal de Pernambuco
e-mail: ademariojr@hotmail.com

(2) Universidade Federal Rural de Pernambuco
e-mail: selmabar@hotmail.com

Palavras-chave: Ergonomia, Design de interiores, Ensino

A Ergonomia é uma disciplina científica que se insere nas mais diversas áreas do conhecimento, dentre elas, as profissões relacionadas com o ambiente construído e com a docência. Constituída por normas técnicas e metodologias sistemáticas, o ensino da Ergonomia aplicada ao ambiente desenvolveu um corpo teórico e epistemológico de grande importância. No entanto, o ensino da ergonomia muitas vezes negligencia a necessidade da empatia e da experiência *in loco* dos discentes em situações relacionadas à interação entre o humano e o ambiente. Neste sentido, torna-se fundamental para os docentes a aplicação de exercícios práticos e simulados. O objetivo destas experiências reais e participativas é proporcionar uma nova visão dos problemas que surgem no dia a dia, tornando o aluno um ser mais perceptível, compreensível e crítico das condições de acessibilidade de um ambiente. Um estudo de caso evidenciou os aspectos positivos dessas experiências.

Key-words: Ergonomics, Interior Design, Teaching

Ergonomics is a scientific discipline that is inserted in the most diverse areas of knowledge, among them, professions related to the built environment and teaching. Constituted by technical standards and systematic methodologies, the teaching of ergonomics applied to the environment developed a theoretical and epistemological body of great importance. However, Ergonomics teaching often neglects the need for empathy and insight from learners in situations related to the interaction between the human and the environment. In this respect, it became fundamental for teachers to apply practical and simulated exercises. The objective of these real and participative experiences is to provide a new vision of the problems that arise in the day to day, making the student more perceptible, comprehensible and critical being of the conditions of accessibility of an environment. A case study will highlight the positive aspects of these experiences.

1 Introdução

Nas últimas décadas observa-se o crescimento da aplicação da Ergonomia nos mais diversos contextos da sociedade. Desde sua criação oficial, no ano de 1949, esta disciplina científica acompanhou a conjuntura sócio-política, econômica e tecnológica mundial. Suas técnicas e metodologias foram sendo adaptadas aos mais diversos contextos e cenários. Hoje em dia, quando se fala em qualidade de vida do trabalhador, boa usabilidade de um produto e acessibilidade de um ambiente, na realidade se fala em Ergonomia.

Atualmente a ergonomia é um fator importantíssimo nos mais diversos tipos de projetos, seja um produto de consumo, um ambiente construído ou um sistema organizacional. Esta atividade possui um amplo raio de ação que vem aumentando seus domínios em diversas instâncias. Sua relevância recai sobre dois aspectos: 1) foco no ser humano como elemento principal de um sistema; 2) projetar ou adaptar uma interface que possibilite o máximo de segurança, conforto, autonomia e eficiência para o máximo possível de pessoas. É válido lembrar que onde houver o desenvolvimento de atividades ou a execução de tarefas será possível realizar uma intervenção ergonômica, seja num contexto laboral ou doméstico, no uso de um produto ou ambiente, sendo um usuário jovem ou idoso.

Por ser uma disciplina científica e se “nutrir” das Ciências Exatas, Humanas, Sociais e da Saúde, observa-se que as práticas ergonômicas estão inseridas em diversas profissões, fazendo parte de variadas áreas do conhecimento. Esta característica múltipla insere a Ergonomia nas mais diversas atividades produtivas e, consequentemente, é mister que esta discussão entre na ótica do ensino, seja técnico, tecnológico ou superior.

O ensino superior torna-se um grande fomentador das práticas de ensino da Ergonomia e cada área do conhecimento traz particularidades específicas. Cabe ao docente, independentemente da área que leciona, buscar em sala de aula uma didática que enfatize tais particularidades, desde a elaboração

de grades curriculares e ementas de disciplinas, até a parte teórica e prática em sala de aula e fora dela, transmitindo conhecimentos e promovendo a aprendizagem de maneira objetiva, dinâmica, significativa, participativa e estimulante.

Diante do exposto, o presente artigo visa discutir o emprego da Ergonomia no ensino superior de cursos de Design de Interiores e como a didática pode transformar o processo de aprendizagem em sala de aula, trazendo maior dinamismo e facilitando a assimilação do conhecimento.

Tomando como base disciplinas com foco na Ergonomia e na Acessibilidade, cujas ementas se pautam exclusivamente no uso de normas técnicas, um estudo de caso evidencia que atividades e experiências fora da sala de aula, com atividades práticas e participativas, trazem conhecimentos e percepções não observados na simples aplicação das teorias normativas. As normas técnicas sobre acessibilidade, em especial a NBR9050 (2015), trazem conteúdos de grande relevância, no entanto, se limitam às questões objetivas, ou seja, enfatizando a aplicação de medições no ambiente, sendo necessário adotar conteúdos complementares para trazer a realidade do dia a dia para os discentes, inserindo-os em contextos reais. Tão importante quanto a prática normativa é o processo de compreensão e aprendizagem cognitiva.

Neste sentido foram observadas diversas atividades extraclasses com cerca de 40 alunos, de duas instituições de ensino em Pernambuco, incluindo a participação em uma exposição, uma feira e um evento de design de interiores. Estes eventos serviram como laboratório experimental e perceptual, onde os alunos puderam não somente utilizar a NBR9050 (2015), mas também vivenciar experiências e considerar questões subjetivas e participativas. Os objetivos desse trabalho consistem em evidenciar a importância do ensino participativo da ergonomia no curso de design de interiores, fortalecendo não somente o emprego de teorias, mas também a prática e a vivência através de simulações. Além de mencionar os problemas gerados pela falta de compreensão existente na elaboração de projetos sem a intervenção de aspectos ergonômicos.

2 Ergonomia e sua relação com a sociedade

A ergonomia é definida como sendo uma disciplina científica relacionada com a compreensão das interações entre seres humanos e outros elementos de um sistema [IEA, 2010]. Também pode ser definida como a aplicação do conhecimento das características do humano à concepção de sistemas [WILSON & CORLETT, 2005]. Compreende-se dessa maneira que as pessoas fazem parte de um sistema no qual há ambientes onde elas vivenciam experiências diversas, havendo a necessidade de uma efetiva interação entre estes elementos. Logo, a ergonomia está presente nas atividades diárias do ser humano.

Esta abrangência de atuação mostra o quanto a Ergonomia é uma atividade a ser evidenciada e aplicada nas mais diversas áreas profissionais. E nesse contexto entra o papel do docente do ensino superior, uma vez que o mesmo está a frente da disseminação do conhecimento da Ergonomia em nível acadêmico, construindo o saber junto aos discentes e agindo como “uma ponte” entre a prática da ergonomia e a área de ensino onde atua.

2.1 A ergonomia do ambiente construído

A área da Ergonomia que será abordada corresponde a vertente ligada ao ambiente construído, no contexto relacionado à acessibilidade do ambiente. O estudo de caso corresponde ao ensino das disciplinas “Acessibilidade” e “Ergodesign” no curso de design de interiores de uma faculdade particular no interior de Pernambuco. Por serem disciplinas cujo objetivo final corresponde à adequação de ambientes para serem utilizados por seres humanos, é fundamental que os discentes possam compreender todos os elementos e variáveis ligadas a interação humano x ambiente, sejam elas objetivas (aplicação de normas técnicas) ou subjetivas (experiências vivenciadas *in loco*).

A acessibilidade é o principal elemento de ligação entre o ambiente e o usuário. A inserção de medidas de acessibilidade pode ser considerada um aspecto essencial para a promoção de um ambiente adequado para atender as necessidades,

capacidades, habilidades e limitações dos seus usuários, independentemente de suas condições físicas ou cognitivas [CUNHA, COSTA & IRELAND, 2012].

A compreensão da heterogeneidade física e cognitiva dos seres humanos é essencial para que se adotem práticas para atender um público tão heterogêneo, com interesses e necessidades diversas. Logo, é fundamental que os profissionais das mais diversas áreas do conhecimento conheçam os preceitos da Ergonomia para poderem aplicar em suas atividades. Lembrando que desde sua criação a Ergonomia se constituiu da reunião de profissionais psicólogos, fisiólogos e engenheiros, para depois se expandir para outras áreas de atuação, evidenciando sua multidisciplinaridade [MORAES & MONT’ALVÃO, 2003].

Devido a abrangente possibilidade de aplicação da Ergonomia, e concentrando sua atuação no estudo do ambiente construído, o docente do ensino superior dos cursos relacionados aos projetos de ambientes (Arquitetura e Design de Interiores) precisa compreender e transmitir em aula os conhecimentos relacionados à Ergonomia de maneira teórica e prática, objetiva e subjetiva, técnica e experimental.

Porém, a Ergonomia é pouco mencionada em cursos de nível superior, como é possível observar na grade curricular de diversas instituições de ensino. Esta situação bloqueia o conhecimento e o senso crítico dos discentes quanto à importância de se adotar aspectos ergonômicos em seus projetos.

É possível identificar problemas de acessibilidade no dia a dia, quando encontrarmos calçadas desniveladas e escorregadias, degraus na entrada de edificações públicas, falta de sinalização que oriente as pessoas, vagas de estacionamentos destinadas aos deficientes ocupadas por pessoas sem deficiência, pisos táteis instalados de maneira errada, falta de corrimãos para os idosos, dentre vários outros exemplos de barreiras urbanas e arquitetônicas, somente para citar problemas da ótica da Arquitetura e do Design de Interiores.

Quando as pessoas com deficiência se deparam com ambientes não acessíveis, as barreiras físicas encontradas tornam evidente a mais nociva das barreiras, a social. As dificuldades de locomoção estão entre as grandes dificuldades encontradas pelos deficientes para exercerem seu direito de ir e vir, de frequentar faculdades, igrejas, shoppings, parques. Observa-se que os aspectos ligados à vida social ficam comprometidos. Afinal, como estudar, fazer compras, passear e exercer sua cidadania se os ambientes não consideram suas limitações físicas? Pensar no exercício da cidadania faz parte do papel do docente enquanto educador, e esta questão deve ser inserida em sua didática.

Estas situações discrepantes entre pessoas com e sem deficiência geram uma condição de desigualdade de oportunidades, onde quem não tem deficiências possuem mais oportunidades no mercado de trabalho e mais liberdade na vida social. Isso ocorre por conta da elaboração de projetos sem uma relação mais efetiva de interface entre o ser humano e o sistema, tornando os projetos de ambientes meras aplicações de normas técnicas, não garantindo um bom desempenho nos projetos [VASCONCELOS; VILLAROUÇO; SOARES, 2009].

2.2 A subjetividade no uso de um ambiente

Projetos de ambientes devem considerar parâmetros relacionados não somente às limitações e potencialidades físicas das pessoas, mas também aspectos cognitivos. Esta condição se fortalece pelo fato de que duas pessoas diferentes possuem compreensões distintas de um mesmo ambiente. E no caso do discente, é importante que ele possa ter esta compreensão em mente no momento de projetar. Embora aplicar normas técnicas em projetos seja fundamental, o docente precisa apresentar condições e situações durante o ensino que insiram o aluno num contexto mais próximo da realidade. Tais condições permitirão uma visão diferenciada ao aluno, transportando-o para uma situação real e empírica.

Neste sentido, a experiência participativa tem um papel muito importante na formação dos discentes. Vai além da aplicação teórica e prática dos

conhecimentos adquiridos em sala de aula, pois insere o aluno em situações e circunstâncias próximas da realidade, permitindo adquirir conhecimentos relacionados ao comportamento das pessoas, algo que as normas técnicas não preveem.

Segundo Alencar, Campos e Santilli [2006], pensar num processo pedagógico experimental permite ao docente instigar a associação do repertório de cada discente com conteúdos mais analíticos e complexos, presentes no dia a dia. Esta condição fortalece o papel social do designer, uma vez que ele é um agente transformador da cultura material e imaterial.

Moura e Somma Junior [2006] reforçam esse pensamento quando dizem que um dos grandes desafios do educador é como tornar seus discentes seres humanos profissionais e agentes do processo de aceleração histórica, num contínuo dinamismo da tecnologia tão presente na atividade de design. Os autores citam que é importante para os discentes que eles aprendam a *conceder, desenvolver e produzir produtos de linguagem que se apresentam integrados às questões do homem, de seus contextos e de suas relações sociais, históricas e culturais*. Nesse contexto estão inseridos os designers de interiores e o modo como eles projetam seus ambientes.

Voltando a discussão para as questões do cotidiano, ao investigar a maneira como uma pessoa utiliza um ambiente inacessível, o designer se depara com dados empíricos, trazendo novas maneiras de enxergar problemas de acessibilidade. Uma condição diferente se ele analisasse apenas o referido ambiente por meio de medidas técnicas. Para citar algumas particularidades humanas, cada pessoa tem uma velocidade de ação, uma maneira de aplicar forças, um modo de caminhar, possui percepções bem particulares e é relevante para o aluno compreender estas diferenças.

Villarouco [2011] enfatiza essa questão quando cita que os projetos de ambientes trazem, como sendo primordial e essencial, o elemento humano. E o ser humano é *tomado na total complexidade em seus aspectos físicos, culturais, psicossociais e cognitivos. E o homem deve ser considerado tanto*

nos projetos quanto nas avaliações de ambientes. Portanto, é indispensável para o docente preparar o aluno para esta compreensão mais humana do projeto de interiores.

Tomando como exemplo o modelo de ensino chamado “reprodução do conhecimento”, cujo modo de ensino é fragmentado, onde a ciência busca a descoberta da verdade, o docente tem o papel de transmitir esse conhecimento e cabe ao aluno apenas decorar o conhecimento passado corresponde a uma transferência de conhecimento passiva [BEHRENS, 2005]. Neste cenário, a maneira de ensino atende de modo parcial e limitado aos anseios da sociedade no que se refere aos problemas de acessibilidade.

A norma técnica de acessibilidade NBR9050 [2015] é composta por textos, tabelas e imagens com forte carga informativa e objetiva, indicando medidas e dimensionamentos a serem adotados, o que a torna um instrumento de grande importância na promoção da acessibilidade. Porém, negligencia os aspectos cognitivos que fazem parte da relação humano x ambientes, brevemente citados nos tópicos sobre sinalização. No próximo tópico haverá uma explanação maior relacionada à objetividade normativa da NBR9050.

2.3 A relação entre a NBR9050 e a acessibilidade

A NBR9050 [2015] possui parâmetros e recomendações a serem adotadas para promover a acessibilidade em edificações, sejam públicas ou privadas, aos ambientes internos e externos, bem como ao mobiliário urbano e sinalização. Um de seus objetivos é atender ao maior número de pessoas possível, independentemente de sua condição física ou psicológica, permitindo que estes possam ir e vir para qualquer local, atendendo aos preceitos do design universal.

Por ser uma norma de referência, é largamente utilizada no ensino superior, especificamente nos cursos de arquitetura e design de interiores. Inclusive leis e decretos ligados ao direito das pessoas com deficiência e idosos também contemplam a necessidade de inserção da acessibilidade espacial nos ambientes.

Dois exemplos de políticas governamentais de incentivo à acessibilidade são o Decreto nº 5.296 [02 de dezembro de 2004] e o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741 de [01 de outubro de 2003]. O primeiro estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Já o segundo trata tanto das questões de acessibilidade quanto dos cuidados e direitos da população idosa.

O conteúdo dos dois documentos legais tem o objetivo de proporcionar melhor qualidade de vida para as pessoas quanto a sua locomoção e demais circunstâncias que norteiam o direito universal de ir e vir. Afinal, o ser humano precisa se locomover para sair de casa e atingir seus objetivos enquanto cidadão, tais como: objetivos acadêmicos (ir à escola ou faculdade); lazer (ir ao parque, cinema, praia); ou objetivos profissionais (ir ao trabalho). A acessibilidade adquire uma importância fundamental para o ser humano e compreender o conteúdo e a aplicação da NBR9050 é fundamental, porém não basta apenas aplicá-la como sendo um *checklist* ou “receita de bolo”.

Não se discute aqui a importância de uso da NBR9050 [2015], mas o desmembramento do conhecimento a ser passado para os alunos e os meios de como isso é possível através de um docente consciente de seu ofício, de não apenas passar informações, mas transmitir conhecimentos, estimular a pesquisa e motivar os alunos a irem além do conteúdo passado em sala de aula.

2.4 A objetividade dos itens da NBR9050

Para enfatizar os aspectos objetivos da NBR9050, suas variáveis, com características quantificáveis e qualitativas, serão informadas abaixo. Os tópicos abaixo fazem parte do sumário e geralmente são trabalhados pelos docentes em sala de aula, em disciplinas com tema relacionado à acessibilidade:

1. Escopo;
2. Termos e definições;
3. Referências normativas;
4. Parâmetros antropométricos;
5. Informação e sinalização;
6. Acessos e circulação;

7. Sanitários, banheiros e vestiários;
8. Mobiliário urbano e equipamento urbano;
9. Mobiliário;
10. Acessibilidade geral.

Os tópicos acima evidenciam as áreas onde a norma traz grandes contribuições. A Figura 01 abaixo mostra três imagens que constam na norma (pág.11) e representam um humano cadeirante e o dimensionamento a ser adotado de modo a possibilitar sua movimentação e giro.

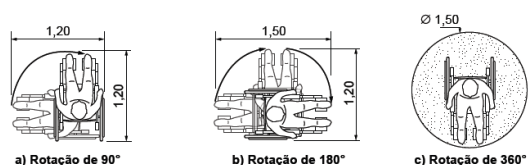


Figura 1 - Área para manobras de cadeiras de rodas com deslocamento

As imagens, juntamente com as medidas, são importantíssimas para a elaboração de ambientes seguros, confortáveis, autônomos e acessíveis, atendendo aos mais diversos tipos de pessoas, fazendo jus aos seus objetivos de estabelecer critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade [NBR9050, 2015].

Porém, é fundamental que o docente busque métodos e técnicas que possam otimizar o ensino da norma, evitando tornar o processo de transferência do conhecimento algo entediante e cansativo, apenas realizado em sala, ou que possa trazer a impressão de que o uso de normas técnicas é algo mecânico, objetivo e teórico demais.

Nesse sentido, como a norma trabalha com modelos humanos, representando uma população, e simula situações do cotidiano em seu texto, é interessante que a didática do ensino possa unir as recomendações da norma e a experiência participativa, transferindo as condições citadas na norma para a realidade do dia a dia dos discentes. Ou seja, ao invés de aplicar a norma em desenhos técnicos elaborados em sala, é importante que

exercícios práticos e fora do âmbito da sala de aula sejam aplicados, com o objetivo de levar a informação teórica para a prática vivenciada.

3 Procedimento metodológico

Conforme Martins [2008], uma avaliação qualitativa possui como características a descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos. Neste sentido, optou-se pelo estudo de caso, onde uma investigação empírica buscou pesquisar os fenômenos enquanto estes ocorriam dentro de um contexto real. Não houve nenhum controle por parte do pesquisador, ou seja, não houve intervenção no ambiente, nem junto aos participantes, nem nas ações executadas por eles.

O estudo de caso ocorreu através da observação de discentes de duas instituições de ensino particular no estado de Pernambuco durante a participação de eventos ligados à área de design de interiores. O intuito foi identificar a prática (ou não) da “humanização” no ensino da norma técnica de acessibilidade, ou seja, observar se os alunos vivenciam experiências participativas em ambientes, durante a participação em eventos relacionados à área de design de interiores, considerando as recomendações da norma NBR9050 [2015].

Neste cenário, a observação ocorreu no segundo semestre de 2016, época em que ocorreram os seguintes eventos: CasaCor Pernambuco 2016, Feicon BATIMAT NE 2016 e uma Semana de Design. Estes eventos contaram com a participação de alunos das duas instituições de ensino e o docente avaliou a participação deles nos três eventos.

Foram cerca de 40 alunos, de vários períodos do curso. Várias observações foram realizadas: a maneira como interagem com os ambientes ou estandes e seus mobiliários, os questionamentos feitos e as discussões em sala de aula. O foco foi a experiência adquirida *in loco*. A coleta de dados ocorreu através de captura de fotografias digitais e anotações realizadas durante a visita dos alunos. Tanto as imagens quanto os depoimentos foram solicitados previamente junto aos envolvidos.

4 Atividades realizadas

Conforme citado, a observação do comportamento dos alunos foi fundamental e cada um dos eventos tinha características peculiares, sendo um evento de mostra e exposição, outro de exposição e comércio, e outro de evento didático. A seguir serão relatadas as experiências.

4.1 Visita técnica à CasaCor PE 2016

A CasaCor PE ocorre anualmente e é considerado o maior evento do estado no seguimento mostra de arquitetura e design de interiores. Recebe desde profissionais da área como também fornecedores, clientes, simpatizantes e estudantes. E os alunos das duas instituições de ensino estiveram presentes em visitas técnicas organizadas pelos seus respectivos professores.

Neste evento, localizado na cidade do Recife, os alunos tiveram a possibilidade de visitar diversos ambientes projetados por profissionais renomados do estado e conhecerem as novidades no que tange a decoração, revestimento, mobiliário etc. No entanto, os discentes também observaram os ambientes sob a ótica da ergonomia, ou seja, checaram os distanciamentos entre mobiliários, a iluminação do local, a circulação de pessoas, o alcance dos móveis, o layout dos ambientes, o espaço necessário para o cadeirante, dentre outras questões.

Dessa maneira, tiveram a possibilidade de analisar um ambiente considerando o que viram na norma, em sala de aula. Os alunos se questionaram quanto a falta de acessibilidade observada em vários ambientes e o assunto se estendeu até a sala de aula, havendo uma intensa e proveitosa discussão. Não houve uso de instrumentos de medição, porém as indagações foram diversas e o olhar crítico dos alunos, após terem conhecido a NBR9050, foram primordiais para os questionamentos.

4.2 Visita técnica à Feicon BATIMAT NE 2016

Esta é uma das principais feiras de máquinas e materiais de construção da região Nordeste e foi realizada no Centro de Convenções de

Pernambuco, na cidade de Olinda. Embora o objetivo principal na participação desta feira seja o de conhecer as novidades na indústria da construção civil, uma necessidade para profissionais e estudantes das áreas de construção, incluindo engenheiros civis e técnicos e tecnólogos em construção de edifícios, os discentes de design de interiores também deveriam se concentrar em materiais que pudessem ser usados em um ambiente com o intuito de torna-lo mais acessível.

Neste sentido, os alunos das duas instituições foram incentivados a pesquisarem nas dezenas de estandes por produtos que pudessem proporcionar acessibilidade aos usuários. Abaixo há alguns questionamentos que foram feitos, separados por categorias de empresas:

1. Empresas de revestimentos de piso: há piso antiderrapante para evitar escorregões?
2. Empresas de iluminação: há sistemas de iluminação presencial que facilite a deambulação dos idosos sem a necessidade de procurar pelos interruptores?
3. Empresas de sinalização: há alarmes de emergência para banheiros acessíveis?
4. Empresas de automação doméstica: há sistemas que respondam pelo comando de voz ou por aplicativo de celular, que facilite a vida de deficientes visuais ou surdos?

Estes questionamentos aproximaram os discentes das empresas que fornecem materiais e equipamentos para os profissionais de design de interiores e arquitetura, possibilitando um debate entre eles quanto as necessidades demandadas pela acessibilidade. Esta visita evidenciou uma relevante lacuna no atendimento aos preceitos acessíveis, devido as poucas alternativas encontradas nos estandes. Porém descobriram algumas soluções já existem e mais uma vez a discussão foi rica e proveitosa.

4.3 Um circuito acessível em uma Semana de Design

Considerando o que a norma NBR9050 recomenda quanto aos públicos a serem atendidos, as condições ambientais citadas, as circunstâncias dos ambientes e as medidas de busquem a interação do

ambiente com o ser humano, estas situações foram observadas no interior de uma instituição de ensino, onde ocorria um evento de Design. Este evento ocorre anualmente e uma das atividades realizadas era relacionada a acessibilidade do ambiente construído.

Numa das áreas de convivência da instituição foi montada uma planta baixa em tamanho real de uma casa de 36m². Esta reprodução correspondeu a uma pequena casa em tamanho real, cuja tipologia obedeceu ao mínimo especificado pelo Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. Esta planta foi dividida em cômodos, sendo uma sala, uma cozinha, um banheiro, dois quartos e uma minúscula área de serviço.

A Figura 02 abaixo mostra a planta baixa, a dimensão de cada cômodo e o tamanho dos mobiliários. Para trazer uma experiência mais real, alguns mobiliários reais foram inseridos no circuito, enquanto que outros eram representados por chapas de MDF.

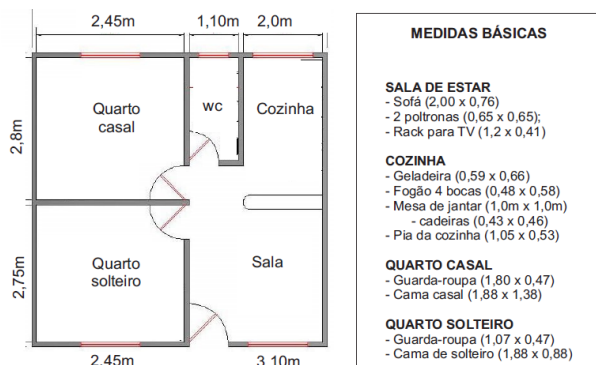


Figura 2 – Planta baixa do circuito acessível

Optou-se pela planta baixa de uma casa pequena por representar a maioria das casas da população brasileira e o cenário a ser considerado foi o seguinte: analisar as condições de um morador cadeirante em uma casa de pequenas dimensões. Será que há condições de acessibilidade em um ambiente como este? Será possível viver em uma casa que não foi projetada para atender aos cadeirantes? Qual a sensação de utilizar uma cadeira de rodas em um ambiente tão apertado? Como um cadeirante se comporta?

Para que os alunos tivessem uma relação mais próxima e compreensível das situações enfrentadas pelas pessoas com mobilidade reduzida em ambientes de pequenas dimensões, foi disponibilizada uma cadeira de rodas para ser utilizada dentro do circuito acessível. Aliás, o evento era aberto a qualquer pessoa que estivesse dentro da instituição, incluindo professores, colaboradores e alunos de todos os cursos.

A cadeira de rodas foi um sucesso e diversos participantes quiseram utilizá-la, assumindo a condição de uma pessoa com deficiência e vivenciando suas experiências. Esta participação foi providencial, esclarecedora e muito importante na compreensão das necessidades de práticas acessíveis em ambientes, independentemente do tamanho da edificação.

Houve a intenção de diversificar as situações experimentais, tais como:

1. Caminhar com os olhos vendados para simular uma pessoa cega;
2. Caminhar com os olhos vendados sobre o piso tátil instalado na instituição para simular a orientação e deslocamento de uma pessoa cega sobre este tipo de piso;
3. Andar de muletas para simular uma pessoa com mobilidade reduzida;
4. Manusear textos em braile, simulando uma pessoa cega.

No entanto, apenas a presença da cadeira de rodas foi possível, mas foi uma experiência bastante comentada durante e após o evento. Esta experiência participativa se estendeu também para os discentes e colaboradores dos demais cursos, atingindo um número muito maior de pessoas. Neste sentido, a discussão sobre acessibilidade saiu do campo dos arquitetos e designers de interiores e se disseminou entre profissionais e estudantes de várias áreas do conhecimento.

5 Resultados e discussão

Os dois primeiros eventos foram direcionados para a percepção do discente quanto ao ambiente em que estavam visitando, com o objetivo de observarem e captarem suas impressões quanto aos

preceitos da ergonomia do ambiente presentes em cada um dos ambientes residenciais da CasaCor PE 2016 e nos estandes, que são ambientes efêmeros, da Feicon BATIMAT Nordeste 2016.

Já o circuito acessível buscou extrair dos discentes sua capacidade de observação, compreensão, usabilidade, diagnóstico e crítica às diversas situações encontradas. Neste sentido, a opinião dos participantes foi fundamental. Estando disponível por dois dias, o circuito acessível foi considerado um sucesso e muitos visitantes, alunos e funcionários queriam utilizar um objeto “diferente”: a cadeira de rodas. Vale lembrar que o usuário de uma cadeira de rodas não é necessariamente um deficiente, ou seja, pode ser uma pessoa sem deficiências mas que se acidentou e por um prazo temporário está utilizando esta órtese. Logo, a cadeira de rodas não está tão longe da realidade de pessoas sem deficiências.

Dentre os diversos comentários dos alunos, alguns serão citados a seguir:

- *nunca pensei que fosse tão difícil andar de cadeira de rodas;*
- *nossa, como é difícil para um cadeirante andar na própria casa!*
- *agora entendo porque nunca vejo cadeirantes no meio da rua. Com as péssimas calçadas, nem nós andamos direito.*
- *jamais compreenderia as necessidades de um cadeirante se não fosse esse exercício.*
- *e se o cadeirante estiver com necessidades fisiológicas, como ele faz para entrar nesse banheiro pequeno?*

De acordo com GIL [2006], uma das formas didáticas mais comuns para um professor começar uma discussão em sala de aula é proporcionar aos discentes uma experiência comum. Dentre as diversas possibilidades de experiências está o relato referente a visitas técnicas e participação de eventos. Lowman [2007] reforça quando diz que a discussão em classe é interessante por considerar que o aluno tem a contribuir com pensamentos e experiências. Logo, cada discente possui considerações particulares a relatar, enriquecendo a discussão em torno de pontos de vista diferentes para um assunto de grande importância que é a

acessibilidade no ambiente construído.

6 Considerações finais

Observou-se que a experiência vivenciada fora da sala de aula traz conhecimentos e compreensões de situações reais de uma maneira complementar ao que é abordado em âmbito acadêmico. Estudar normas técnicas pode parecer num primeiro momento uma situação monótona, teórica demais e até certo ponto entediante. No entanto ela é fundamental e, reforçando, não se discute aqui sua importância. Mas sim a possibilidade de incluir atividades práticas complementares ao ensino teórico das normas técnicas, em especial as normas de acessibilidade. A maneira como a informação é passada pode ser um grande diferencial para os alunos.

Neste sentido, a didática do professor deve permear pelo teórico e pelo prático. Deve proporcionar a visão tanto técnica quanto prática. As experiências vivenciadas pelos alunos no uso de um ambiente pequeno, com uma cadeira de rodas, trouxeram percepções relevantes e necessárias para que pudessem compreender a importância de sua atividade profissional e do seu papel social de promoção da acessibilidade. E a simples aplicação de normas técnicas não garante esse aprendizado.

Torna-se fundamental haver uma ponte entre o ensino superior dos cursos de design de interiores e arquitetura, a didática do ensino passada pelo professor e o conteúdo ergonômico, para que disciplinas relacionadas a acessibilidade possam ser lecionadas na teoria e na prática.

Esta didática voltada para a vivência do problema fora de sala de aula se justifica pelo fato do problema de falta de acessibilidade ser antigo, relevante, complexo e grave. E o designer de interiores está inserido neste contexto, por ser um profissional tecnicamente preparado e responsável por desenvolver ambientes internos que facilitem a vida funcional, estética e social da população. E se, ao longo de sua vida acadêmica, o discente tiver a oportunidade de compreender os reais problemas da falta de acessibilidade, provavelmente terá uma

sensibilidade maior no momento de projetar.

Em conclusão, fica aqui a recomendação para que a didática do ensino superior dos cursos de design de interiores e de arquitetura possam adotar atividades práticas, empíricas, de vivência e experimentações para seus alunos, com o objetivo de torna-los mais consciente de sua atividade profissional e que possam conhecer mais detalhadamente as necessidades do público alvo de seus projetos. Que, na realidade, compreendem todos os seres humanos.

7 BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, M. M.; CAMPOS, A. P.; SANTILLI, A. Design experimental: um desafio didático e projetual. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, 7, 2006, Curitiba. Anais. Curitiba: UFPR, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2015.

BEHRENS, M. A. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. **Lex: Estatuto do Idoso**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/cndi/estatuto1.htm>>. Acesso em: 15 set. 2015.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. **Lex: Promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida**, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 18 nov. 2016.

CUNHA, M. V. P. O.; COSTA, A. D. L.; IRELAND, M. C. **Ergonomic aspects to be considered in planning public spaces destined for elderly people**. Work (Reading, MA), v. 41, 1, p. 3827-3833, 2012.

GIL, A. C. **Didática do Ensino Superior**. São Paulo: Atlas, 2006.

INTERNATIONAL ERGONOMICS ASSOCIATION. **What is Ergonomics**. Definition. 2010. Disponível em: <http://www.iea.cc/01_what/What%20is%20Ergonomics.html>. Acesso em: 29 nov. 2016.

LOWMAN, J. **Dominando as Técnicas de Ensino**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, G. A. **Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MORAES, A. de; MONT'ALVÃO, C. **Ergonomia: conceitos e aplicações**. Rio de Janeiro: A. de Moraes, 2003.

MOURA, M.; SOMMA JUNIOR, N. Design: Interdisciplinaridade no ensino e na aprendizagem. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN, 7, 2006, Curitiba. Anais. Curitiba: UFPR, 2006.

VASCONCELOS, C.F. S. e; VILLAROUCO, V; SOARES, M. M. Avaliação ergonômica do ambiente construído: estudo de caso em uma biblioteca universitária. **Ação Ergonômica**, v. 4, número 1, 2009. ISSN 1519-7859. Disponível em: <<http://www.abergo.org.br/revista/index.php/ae/article/view/69/66>>. Acesso em: 12 jul. 2015, 13:28:53.

VILLAROUCO, V. Tratando de ambientes ergonomicamente adequados: seriam ergoambientes? In: MONT'ALVÃO, C.; VILLAROUCO, V. (org.) **Um novo olhar para o projeto: a ergonomia no ambiente construído**. Teresópolis-RJ: 2AB, 2011.

WILSON, John R.; CORLETT, Nigel. **Evaluation of Human Work**. 3ª edição. USA: Taylor & Francis, 2005